SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

SEJA SÓCIO VOCÊ TAMBÉM

www.sindbancariospetropolis.com.br

CUT BRASIL CONTRAF

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 I 2231.2281 /SindBancariosPetropolis sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX n° 5993 – 13 de fevereiro de 2019

Contraf-CUT solicita reunião com o Bradesco para esclarecer PDE

A Contraf-CUT, por intermédio da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco, solicitou uma reunião com a direção do banco para esclarecimentos sobre o Prêmio de Desenvolvimento Extraordinário (PDE), que já está sendo implantado desde janeiro de 2019, a regulamentação do programa, que será concluída em março, segundo informação do Banco.

Magaly Fagundes, coordenadora do COE, diz que é fundamental que a reunião aconteça ainda em fevereiro. “Consta na nossa pauta de reivindicação a remuneração própria, e é importante sabermos se envolve todos os funcionários e quais os critérios serão usados.”

Economia não pode funcionar com 'agiotagem legal' dos bancos

Brasil possui 64 milhões de pessoas negativadas, com o nome "sujo". Milhões de pequenas e médias empresas também estão endividadas. O sistema financeiro tira das famílias e das empresas o equivalente a 16% do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo o economista Ladislau Dowbor, enquanto na Europa o máximo cobrado do consumidor, nas compras a prazo, é 13% ao ano, no Brasil a média está em 129%. Com empresas paralisadas e famílias endividadas, consequentemente os impostos arrecadados sobre consumo e produção caem violentamente.

Só de juros sobre a dívida pública, o Estado brasileiro paga 6% do PIB, cerca de R$ 370 bilhões, considerando o PIB brasileiro, hoje, em R$ 6,3 trilhões. "Esse dinheiro, que deveria servir para infraestrutura e políticas sociais – em saúde e educação ou investimento público no desenvolvimento –, se transforma apenas em fluxo de juros", diz. "Assim, nossos impostos são desviados dos investimentos para os lucros do sistema bancário. Juntando 6% de impostos que vão para a divida pública, mais o 16% tirados das famílias e das empresas, são 22% só de juros, sem reduzir o estoque da dívida. Nenhuma economia pode funcionar assim."

Dowbor lembra que o Brasil ainda tem o deletério problema da evasão fiscal, que somava R$ 570 bilhões em 2016, o equivalente a 9,1% do PIB, segundo estimativa do Sindicato Nacional de Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz). Como se os dados acima não bastassem, o sistema tributário regressivo (quem tem menos paga mais), em vez de corrigir, agrava as injustiças e a incapacidade crescente do Estado investir.

Reforma reduzirá valor de aposentadoria de mulheres e pensões de viúvos e órfãos

A equipe econômica de Jair Bolsonaro estuda incluir na Proposta de Emenda à Constituição - PEC da Reforma da Previdência, que deve ser encaminhada ao Congresso Nacional ainda este mês, medidas que diminuem o valor das aposentadorias das mulheres. Outra proposta reduz em até 40% as pensões por morte pagas a viúvas, viúvos e dependentes.

Como já foi vazado na imprensa, a PEC estabelece a obrigatoriedade da idade mínima de 65 anos tanto para os homens quanto para as mulheres. A nova maldade divulgada é que a PEC prevê também um gatilho que aumenta essa idade mínima sempre que o IBGE constatar aumento da expectativa de vida das brasileiras. O gatilho da trabalhadora rural pode ser diferente do da trabalhadora urbana, diz o texto da medida.

No caso de morte, o cônjuge ou filho que tem direito a pensão, a proposta da equipe econômica de Bolsonaro prevê pagamento de apenas 60% do valor do benefício quando comparado com o que receberiam pela Lei atual. No caso dos viúvos e viúvas, a proposta prevê 10% a mais por cada dependente. Se o governo conseguir diminuir o benefício em 40%, o valor médio pago a cônjuges ou dependentes cairá para R$ 776,43 – abaixo do salário mínimo atual de R$ 998,00.